

VidaReal

J.R. GUZZO

Estado forte?

Muito se falou nos últimos tempos sobre um maior controle estatal das finanças internacionais. A crise grega deixa uma pergunta — como governos tão irresponsáveis podem pretender controlar quem quer que seja?

Desde a grande crise financeira internacional que começou no baile das hipotecas do mercado imobiliário americano e acabou por se espalhar pelos sistemas bancários dos países mais respeitáveis do mundo, tomou-se uma questão de fé defender um novo regime para a atividade financeira global. A desorganização em grande escala dos mercados, e sua incapacidade de regular melhor a si próprio, deixava mais do que clara, segundo a maioria das opiniões, a necessidade urgente e imperativa de uma intervenção muito maior do Estado na área. Havia liberalismo em excesso, dizia-se. e dessa vez ficava provado que os governos tinham a obrigação de assumir o comando do jogo, com mais regulamentos, mais fiscalização e mais controles. Estado forte — eis aí o que o mundo estava precisando para endireitar o setor financeiro e neutralizar os perigos representados por bancos, casas de investimento e quaisquer outras organizações dedicadas a negociar com dinheiro, sobretudo o alheio.

Houve realmente intervenção dos governos, e numa escala que o planeta jamais tinha visto até então — algo que se materializou, antes e acima de tudo, no prodigioso volume de dinheiro que o poder público jogou em cima do sistema bancário e de empresas em dificuldade para salvar os que podiam ser salvos e interromper a epidemia de falências que se espalhava pelo mundo afora. Já das grandes ideias de reforma, com as quais se imaginava restabelecer a majestade do Estado sobre a alta, média e baixa finança internacional, foi se falando cada vez menos. Descobriu-se que a criação de um conjunto coerente e eficaz de novas normas e controles para



o tráfego de dinheiro era menos urgente do que salvar o sistema da bancarrota. A repressão a "produtos" financeiros exóticos, arriscados ou incompreensíveis foi ficando mais no terreno dos debates do que no das ações. Nem mesmo em relação aos salários extravagantes dos executivos do setor, cuja redução parecia ser um ponto pacífico no auge da crise, foi possível conseguir grande coisa. Há, é verdade, o severo aperto que o governo americano, curiosamente o mais liberal de todos, faz no momento contra o banco Goldman Sachs, grande paradigma da megafinança sem fronteiras. Mas a revolução que se esperava para conter a malignidade do sistema, real ou imaginária, simplesmente não aconteceu.

Confronto na Grécia: lá, o Estado virou vilão

Aconteceu, aparentemente, o contrário. O Estado forte, que não mostrou até agora muita força para fiscalizar os outros, manteve intacta a sua capacidade de causar os seus próprios desastres, pela falta de interesse e de competência em fiscalizar a si mesmo. Eis aí, no momento, o notável exemplo da Grécia, que quebrou pela ação e sob a responsabilidade do poder público e está sendo resgatada, precariamente, por um pacote externo na casa dos 110 bilhões de euros — ou sabe-se lá quantos mais até que se encerre a presente história. O caso é o que pode haver de mais clássico: sucessivos governos gregos gastaram muito mais do que podiam e foram construindo uma dívida que não tinham a menor intenção de pagar através dos meios normais — aumento na arrecadação de impostos, corte de gastos públicos e aperto geral de cintos. O país, como se poderia prever, tornou-se insolvente e agora entra naquela fase em que, quando as coisas ficam ruins, a tendência é que ainda piorem um bocado antes de melhorar.

A Grécia se valeu, na sua aventura financeira, da condição de ter a mesma moeda dos seus parceiros da União Europeia; não lhe foi possível gastar imprimindo seu próprio dinheiro, mas gastou usando crédito em euros, certa de que seria socorrida pelos outros sócios — leia-se: Alemanha, que não poderiam, simplesmente, deixá-la ir à falência e colocar em perigo a moeda de todos. Era como se os dois países, Grécia e Alemanha, fossem titulares do mesmo cartão de crédito, com direitos iguais de fazer compras com ele. Quando governos agem com essa desenvoltura no trato de dinheiro que não é seu, fica difícil acreditar que consigam regular os mercados mundiais.